



TJPE
Tribunal de Justiça
de Pernambuco

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2026

CACIN

COMISSÃO PERMANENTE
DE ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO

Ações e Projetos de Acessibilidade e Inclusão Social

Tribunal de Justiça de Pernambuco

MESA DIRETORA

Presidente

Des. Francisco Bandeira de Mello

1º Vice-presidente

Des. Alberto Nogueira Virgínio

2º Vice-presidente

Des. Fausto de Castro Campos

Corregedor Geral

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

MEMBROS

BIÊNIO 2026/2028

Presidente

Des. Airton Mozart Valadares Vieira Pires

Vice-Presidente

Des. Paulo Roberto Alves da Silva

Coordenadora

Juíza Raquel Evangelista Feitosa

Vice-Coodenadora

Juíza Ana Veras Marques

Titular

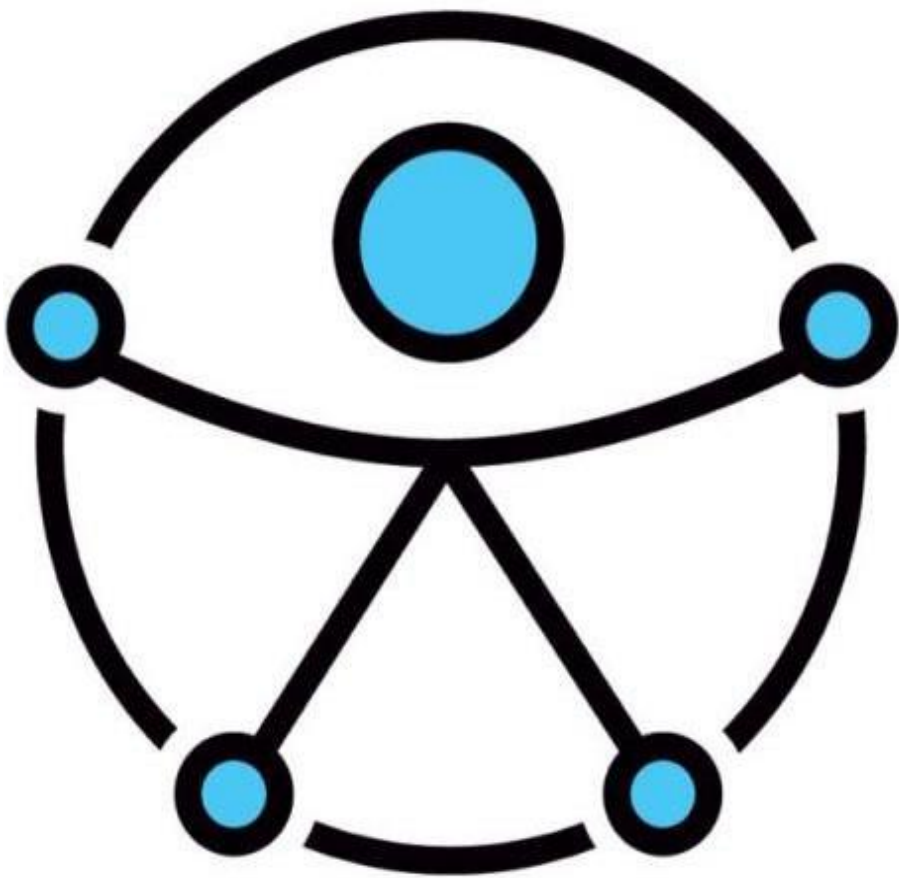
Juíza Brenda Paes Barreto Teixeira

1ª Secretária

Servidora Maria Izabel Cavalcanti Pontes Lima

2º Secretário

Servidor Eliseu Magno Silva Carneiro




Apresentação

O presente documento configura o Plano Estratégico Institucional para Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça de Pernambuco – ano 2026. A acessibilidade é um dos valores presentes no Plano Estratégico deste Tribunal para o sexênio 2021–2026.

Por meio da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça de Pernambuco – CACIN, que tem por objetivo fiscalizar, planejar, elaborar e acompanhar os projetos arquitetônicos de acessibilidade e projetos "pedagógicos" de treinamento e capacitação dos profissionais e funcionários que trabalhem com as pessoas com deficiência, com fixação de metas anuais, direcionados à promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência, este Tribunal oferta todos os esforços para cumprir os direitos humanos relativos às pessoas com deficiência que fazem parte desta instituição, bem como o acolhimento do público externo PCD, nos moldes do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.145/2015.

Sendo assim, e de forma a dar transparência ao planejamento das ações de acessibilidade e inclusão do Tribunal de Justiça de Pernambuco apresentamos, o Plano Estratégico Institucional ano 2026.





**Ações Estratégicas de
Acessibilidade por área
- TJPE -**

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI

Ação	Objetivo Mensurável	Meta	Recursos Necessários	Indicador Objetivo	Previstos
Visitas institucionais	Promover intercâmbio técnico para aprimoramento das práticas de acessibilidade institucional.	Realizar visitas técnicas a pelo menos 2 órgãos públicos com boas práticas consolidadas em acessibilidade.	Utilização de equipe técnica do NAI, apoio administrativo para agendamento e uso de transporte institucional já disponível no TJPE.	Visitas institucionais	3
Atualização do Site do NAI	Garantir transparência e acesso às informações institucionais de acessibilidade.	Reestruturação e atualização das seções Projetos, Programas, Serviços e Boas Práticas.	Atuação de servidores do NAI com apoio técnico da SETIC e da ASCOM, utilizando ferramentas tecnológicas institucionais já existentes.	Nova versão publicada	1
Aprovação e Implantação da sala de atendimento do NAI	Aprovar junto à Presidência a disponibilização do espaço físico acessível para atendimento de servidores e usuários com deficiência.	Acompanhamento técnico da implantação da sala.	Disponibilização de espaço físico pela Administração, apoio técnico do DEA e da SETIC e utilização de mobiliário e equipamentos institucionais já disponíveis.	Sala implantada e validada	1
Produção de Vídeos Institucionais	Fortalecer a cultura institucional de inclusão e acessibilidade	Produção e divulgação de conteúdos audiovisuais acessíveis.	Participação da equipe do NAI e da ASCOM, com uso de equipamentos audiovisuais e canais institucionais de divulgação já existentes.	Vídeos publicados	2
Cadastro de Servidores Pais ou Mães de Pessoas com Deficiência	Realizar levantamento institucional por meio de formulário ou questionário estruturado.	Cadastrar 100% dos servidores do TJPE que sejam pais ou mães de pessoas com deficiência.	Elaboração e aplicação de formulário eletrônico pelo NAI, com apoio técnico da SETIC e divulgação por meios institucionais.	Quantidade de respostas válidas coletadas.	100%

INÍCIO/FIM:

Março à Dezembro de 2026.

RESPONSÁVEIS:

NAI, CACIN, SETIC, ASCOM e DEA



Escola Judicial de Pernambuco - ESMAPE

Ação	Objetivo Mensurável	Meta	Recursos Necessários	Indicador Objetivo	Previstos
Cursos EAD disponíveis: Curso 1 – Atendimento às Pessoas com Deficiência nos Espaços Públicos; Curso 2 – Superando o Capacitismo: Um Diálogo Necessário	Ofertar formação continuada em acessibilidade e inclusão para magistrados(as) e servidores(as).	Atualizar e/ou estruturar cursos EAD alinhados aos critérios do Prêmio CNJ e às diretrizes da Resolução CNJ nº 401/2021.	Utilização da equipe pedagógica e técnica da ESMAPE, apoio técnico da CACIN e uso da plataforma institucional de ensino a distância já existente.	Número de cursos ofertados.	2
					1
Seminário de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário	Promover formação presencial ou híbrida voltada à consolidação da política institucional de acessibilidade.	Realizar evento educacional de grande porte com palestras, painéis e boas práticas.	Disponibilização de espaço institucional da ESMAPE, atuação da equipe pedagógica e administrativa, apoio técnico da CACIN e do NAI e utilização de recursos audiovisuais institucionais já disponíveis.	Realização do evento.	1

INÍCIO/FIM:

Janeiro à Dezembro de 2026.

RESPONSÁVEIS:

ESMAPE, CACIN e NAI



Diretoria de Engenharia e Arquitetura - DEA

Ação	Objetivo Mensurável	Meta	Recursos Necessários	Indicador Objetivo	Previstos
Reformas com Adequação de Acessibilidade.	Inserir critérios obrigatórios de acessibilidade nos projetos de reforma.	Garantir que 100% das reformas incluam adequações de acessibilidade.	Utilização de recursos orçamentários próprios previstos no planejamento de obras do Tribunal, com atuação da equipe técnica da Diretoria de Engenharia e Arquitetura e acompanhamento institucional das adequações de acessibilidade.	Percentual de obras executadas com adequação de acessibilidade.	5
Construções com Projeto Universal	Inserir conceito de Desenho Universal nos projetos de novas edificações.	Garantir que 100% das novas construções já nasçam acessíveis.	Emprego de recursos financeiros já previstos para novas edificações, com desenvolvimento dos projetos pela equipe técnica da DEA, observando diretrizes de acessibilidade e desenho universal desde a fase de planejamento.	Número de obras novas com projeto universal implementado.	4
Plano Contínuo de Mapeamento e Adequação	Implantar plano permanente de diagnóstico arquitetônico.	Mapear 40% das unidades com diagnóstico atualizado de acessibilidade.	Atuação da equipe técnica da DEA em conjunto com a Diretoria de Manutenção, utilizando instrumentos institucionais de diagnóstico arquitetônico e logística de visitas técnicas às unidades judiciais.	Número de unidades mapeadas.	20

INÍCIO/FIM:

Janeiro à Dezembro de 2026.

RESPONSÁVEIS:

DEA e Departamento de Manutenção



Ouvidoria TJPE

Ação	Objetivo Mensurável	Meta	Recursos Necessários	Indicador Objetivo	Previstos
Ideação e Implantação de Ferramenta de Interação Acessível	Disponibilizar ferramenta permanente na página da Ouvidoria para facilitar o registro de manifestações por pessoas com deficiência.	Desenvolver solução digital acessível integrada ao sistema da Ouvidoria.	Atuação da equipe técnica da Ouvidoria em conjunto com a SETIC, utilizando infraestrutura tecnológica e sistemas institucionais já disponíveis no TJPE.	Ferramenta implantada e disponível ao público.	1
Elaborar Formulários Acessíveis	Criar instrumentos específicos para identificação de barreiras e avaliação de acessibilidade.	Desenvolver formulários digitais acessíveis.	Utilização de equipe técnica da Ouvidoria com apoio da SETIC para desenvolvimento e disponibilização dos formulários digitais em plataforma institucional.	Formulários publicados e operacionais.	2
Criar Protocolo de Atendimento Inclusivo	Formalizar fluxo de atendimento para pessoas com deficiência.	Elaborar manual interno e cartilha orientativa.	Atuação da equipe da Ouvidoria em articulação com o NAI, utilizando recursos humanos institucionais e meios administrativos já existentes.	Protocolo formalmente aprovado e divulgado.	1
Implantar e Divulgar Amplamente o Novo Fluxo	Garantir utilização efetiva dos instrumentos criados.	Implementar formulários e protocolo junto à equipe.	Mobilização da equipe da Ouvidoria, com apoio da ASCOM para divulgação institucional e utilização dos canais oficiais de comunicação do Tribunal.	Equipe capacitada e divulgação realizada.	1 Ciclo
Publicar Informativo de Acessibilidade	Prestar contas das ações implementadas em 2026.	Elaborar relatório público de acessibilidade da Ouvidoria.	Elaboração técnica pela equipe da Ouvidoria, com uso de ferramentas institucionais de comunicação e publicação já disponíveis.	Relatório publicado.	1

INÍCIO/FIM:

Janeiro à Dezembro de 2026.

RESPONSÁVEIS:

Ouvidoria Geral, SETIC, ASCOM e NAI



Diretoria de Saúde



Ação	Objetivo Mensurável	Meta	Recursos Necessários	Indicador Objetivo	Previstos
Disponibilizar sistema acessível de marcação de consultas da Diretoria de Saúde	Garantir que o sistema de marcação de consultas seja acessível às pessoas com deficiência, assegurando autonomia no agendamento.	Disponibilizar o SISMARCO em formato online com adequações de acessibilidade digital	Utilização de infraestrutura tecnológica institucional e equipe técnica já disponível.	Sistema disponibilizado com validação de acessibilidade.	1
Campanhas de Sensibilização em Saúde Inclusiva	Promover conscientização sobre saúde da pessoa com deficiência no âmbito institucional.	Publicação de 03 conteúdos institucionais na intranet ou canais oficiais do Tribunal.	Utilização de equipe técnica institucional e canais de comunicação oficiais já existentes.	Quantidade de campanhas realizadas.	3
Apoiar campanhas institucionais de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista	Promover a conscientização institucional e social acerca da temática do autismo.	Exposição de materiais informativos em unidades de grande circulação do TJPE durante o período da campanha Abril Azul.	Utilização de materiais institucionais informativos e apoio logístico interno.	Quantidade de peças informativas ou materiais expostos	6
Ações educativas sobre acessibilidade e inclusão na sala de espera da Diretoria de Saúde	Promover a sensibilização institucional acerca dos direitos das pessoas com deficiência, fomentando cultura organizacional inclusiva.	Realização de, no mínimo, 02 ações educativas ao longo do exercício.	Utilização de recursos humanos institucionais e materiais informativos produzidos internamente.	Quantidade de ações educativas realizadas	2

INÍCIO/FIM:

Março à Dezembro de 2026.

RESPONSÁVEIS:

Diretoria de Saúde, SETIC e ASCOM.



Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP



Ação	Objetivo Mensurável	Meta	Recursos Necessários	Indicador Objetivo	Previstos
Programa de Acompanhamento Funcional (PAF)	Atendimento e acompanhamento de servidores, incluindo pessoas com deficiência, com dificuldades interpessoais ou de adaptação funcional.	Realizar 20 atendimentos individualizados em 2026.	Atuação da equipe técnica da Unidade de Acompanhamento Funcional e da Gerência de Promoção de Bem-Estar, utilizando espaços institucionais e ferramentas administrativas já disponíveis.	Número de atendimentos realizados.	20
UAF Itinerante	Visitas técnicas para oferecer suporte funcional, orientação e acompanhamento institucional.	Realizar 15 visitas às comarcas do interior.	Disponibilização de equipe técnica da SGP, apoio logístico institucional para deslocamento às comarcas e utilização de instrumentos administrativos de acompanhamento funcional.	Número de visitas realizadas.	15
Eventos com acessibilidade garantida	Inclusão de recursos de acessibilidade em eventos internos.	Garantir intérprete de LIBRAS e/ou audiodescrição em 100% dos eventos institucionais promovidos pela SGP.	Previsão de contratação de intérprete de LIBRAS e/ou serviços de audiodescrição, quando necessário, com apoio da equipe organizadora e utilização de estrutura institucional dos eventos.	Percentual de eventos com acessibilidade implementada.	3

INÍCIO/FIM:

Janeiro à Dezembro de 2026.

RESPONSÁVEIS:

Unidade de Acompanhamento Funcional,
Gerência de Promoção de Bem-estar e NAI



Assessoria de Cerimonial

(Presidência e Corregedoria)

Ação	Objetivo Mensurável	Meta	Recursos Necessários	Indicador Objetivo	Previstos
Implementar Protocolo de Acessibilidade em Eventos Institucionais da Presidência	Aplicar checklist obrigatório de acessibilidade nos eventos do Calendário Fixo e Rotativo.	Garantir que 80% dos eventos institucionais da Presidência observem padrões mínimos de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal.	Atuação da equipe da Assessoria de Cerimonial, utilização de estrutura física institucional para realização dos eventos e previsão de contratação de intérprete de LIBRAS, audiodescrição ou outros recursos de acessibilidade, quando necessário.	Checklist preenchido por evento.	30
Implementar Protocolo de Acessibilidade em Eventos Institucionais da Corregedoria Geral de Justiça	Aplicar checklist obrigatório de acessibilidade nos eventos do Calendário Fixo e Rotativo.	Garantir que 80% dos eventos institucionais da Presidência observem padrões mínimos de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal.	Atuação da equipe da Assessoria de Cerimonial, utilização de estrutura física institucional para realização dos eventos e previsão de contratação de intérprete de LIBRAS, audiodescrição ou outros recursos de acessibilidade, quando necessário.	Checklist preenchido por evento.	14

INÍCIO/FIM:

Janeiro à Dezembro de 2026.

RESPONSÁVEIS:

Assessoria de Cerimonial da Presidência e CGJ



Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Ação	Objetivo Mensurável	Meta	Recursos Necessários	Indicador Objetivo	Previstos
Realizar publicações institucionais sobre acessibilidade.	Promover conscientização institucional sobre inclusão e acessibilidade por meio de campanhas educativas vinculadas a datas nacionais e internacionais relacionadas às pessoas com deficiência.	Produção e divulgação de 12 publicações institucionais sobre acessibilidade, vinculadas a datas comemorativas oficiais.	Atuação da equipe técnica da ASCOM, com utilização dos canais institucionais de comunicação, ferramentas digitais já disponíveis e apoio técnico das unidades envolvidas na produção do conteúdo.	Quantidade de publicações efetivamente divulgadas no período	12

INÍCIO/FIM:

Fevereiro à Dezembro de 2026

RESPONSÁVEIS:

ASCOM Presidência



Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Ação	Objetivo Mensurável	Meta	Recursos Necessários	Indicador Objetivo	Previstos
Ampliação da Acessibilidade Digital nos Sistemas Institucionais do TJPE por meio da Expansão do Software Rybená – Exercício 2026	Ampliar a acessibilidade digital dos sistemas institucionais do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), assegurando maior inclusão de pessoas com deficiência, em conformidade com as diretrizes de acessibilidade vigentes.	Expandir a utilização do software de acessibilidade Rybená para mais 5 (cinco) sistemas institucionais até dezembro de 2026. Garantir que 100% dos sistemas críticos contemplados pela iniciativa passem a contar com recursos de acessibilidade assistiva compatíveis com leitores de tela, tradução em Libras e demais funcionalidades ofertadas pela ferramenta.	A iniciativa será executada com a utilização de recursos orçamentários próprios já previstos para o exercício de 2026, bem como com a alocação de equipe técnica da própria SETIC, não havendo, portanto, necessidade de aporte extraordinário de recursos financeiros ou de pessoal além daqueles já disponíveis na Secretaria.	Sistemas institucionais com utilização do software de acessibilidade Rybená	5

INÍCIO/FIM:

Janeiro à Dezembro de 2026.

RESPONSÁVEIS:

SETIC



Comissão de Acessibilidade e Inclusão - CACIN

Ação	Objetivo Mensurável	Meta	Recursos Necessários	Indicador Objetivo	Previstos
Instituição do Protocolo Simplificado de Atendimento à Pessoa com Deficiência no TJPE	Padronizar o atendimento institucional às pessoas com deficiência no âmbito judicial e administrativo.	Elaborar e disponibilizar protocolo institucional com orientações práticas para atendimento inclusivo.	Atuação da equipe técnica da CACIN, com apoio intersetorial das unidades envolvidas e utilização de instrumentos administrativos e canais institucionais já disponíveis no TJPE.	Protocolo publicado e comunicado institucionalmente.	1

INÍCIO/FIM:

Janeiro à Dezembro de 2026.

RESPONSÁVEIS:

CACIN, NAI e ASCON



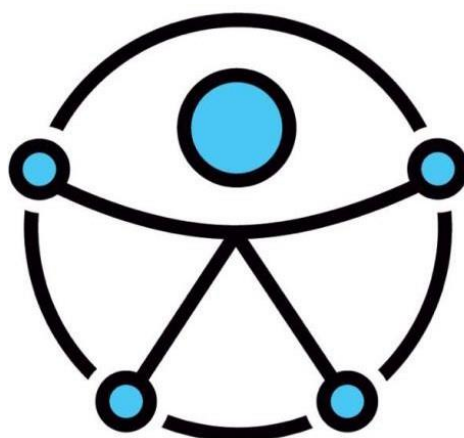
Considerações Finais

As pessoas com deficiência são titulares de direitos, competências e potencialidades que enriquecem a atuação institucional. O presente Plano de Ação 2026 reafirma o compromisso do Tribunal de Justiça de Pernambuco com a eliminação de barreiras e com a consolidação de uma cultura organizacional verdadeiramente inclusiva, pautada no respeito, na equidade e na valorização da diversidade humana.

O planejamento ora estruturado traduz diretrizes normativas em medidas concretas, organizadas de forma integrada entre as áreas estratégicas do Tribunal, com foco na padronização de fluxos, no fortalecimento das práticas de atendimento inclusivo, na formação continuada e no monitoramento sistemático das ações de acessibilidade.

Ao longo de 2026, as unidades administrativas e judiciais comprometem-se a executar as iniciativas previstas com responsabilidade institucional, observando os princípios da eficiência, da transparência e da melhoria contínua. A atuação coordenada entre os setores e o apoio permanente da Alta Administração constitui elementos essenciais para a efetividade das medidas propostas e para a consolidação de uma política de acessibilidade sustentável e progressiva no âmbito do TJPE.

Este Plano representa, portanto, não apenas um conjunto de ações, mas o fortalecimento de uma diretriz institucional permanente: promover um Judiciário acessível, inclusivo e comprometido com a dignidade de todas as pessoas.



Contatos



www.tjpe.jus.br



cacin@tjpe.jus.br



(81) 3182-0001